

LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
FACULDADE NATALENSE PARA O DESENVOLVIMENTO DO
RIO GRANDE DO NORTE

ALEXSANDRA SILVA DOS SANTOS

**DESPESA DE DEPRECIAÇÃO: um estudo das metodologias de cálculos e
do seu impacto na receita na empresa**

NATAL/RN

ALEXSANDRA SILVA DOS SANTOS

DESPESA DE DEPRECIAÇÃO: um estudo das metodologias de cálculos e do seu impacto na receita na empresa

Monografia de pesquisa apresentada ao curso de Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte como requisito obrigatório para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Adriana Isabel Backes Steppan, MSc.

Natal/RN
2006



Catálogo na Publicação – Biblioteca da FARN
Setor de Processos Técnicos

Santos, Alessandra Silva dos

Despesa de depreciação: um estudo das metodologias de cálculos e do seu impacto na receita da empresa / Alessandra Silva dos Santos. – Natal: FARN, 2006.
xx f.

Orientador: Adriana Isabel Backes Steppan (M.Sc.)

Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte.

1. Depreciação – Contabilidade – Monografia. 2. Depreciação – Registro Contábil – Monografia I. Título.

RN/FARN/BC

CDU 330.142.211.2



330.142.211.2
5283d
2006

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo
momentos tão difíceis, onde
Deus também me
seu incentivo em um
pela Amadeus Dantas
meus sobrinhos que
meu irmão Deus.

Ao meu
demonstrou
agradecimento
A minha
e encorajamento
A minha
em momentos
A minha
e a força de
Enfim
contribuiu para

ciência, com
da jornada
le amor
Adriana Isabel Sacks
realização do trabalho
pela força, pela
sempre bem
de forma

Dedico este trabalho aos meus pais,
Amadeus Dantas e Maria da Guia,
como reconhecimento ao apoio e
incentivo recebido durante toda a
minha formação educacional.

A eles minha eterna gratidão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida, sabedoria e força que me deu em momentos tão difíceis, onde sempre superei com muito êxito.

Deixo também meu indispensável agradecimento a minha família pelo seu incentivo em um sonho tão importante pra minha vida profissional, a meus pais Amadeus Dantas e Maria da Guia Silva, aos meus amados irmãos, aos meus sobrinhos que tanto amo e a uma senhora muito especial, minha querida avó Irene Dias.

Ao meu noivo Iuri pela força, paciência, compreensão e amor que demonstrou em todo esse período de jornada, aceite meu simples agradecimento e meu grande carinho. Te amo!

A minha Orientadora Prof^a Adriana Isabel Backes Steppan pela ajuda e ensinamentos para concretização do trabalho.

A minhas amigas de faculdade pela força, pelas palavras de incentivo em momentos tão exaustos.

A minha amiga Iara pelos conselhos sempre bem vindos, pela parceria e troca de informações.

Enfim agradeço a todos aqueles que de forma direta ou indiretamente contribuiu para esta linda realização.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo mostrar o impacto da despesa de depreciação na receita bruta da empresa pesquisada. Ela representa a perda de valor econômico dos bens em função do tempo, devido ao seu desgaste efetivo ou perda de sua utilidade por uso. Nesse sentido, o Conselho Federal de Contabilidade, através da resolução nº 1.027/05 estabelece critérios e procedimentos para registro contábil de depreciação e a obrigatoriedade do reconhecimento dela, apresentando os vários métodos para o cálculo da despesa. Para isso, foram calculadas três metodologias de cálculo para as três contas mais representativas do Grupo Imobilizado (Imóveis, Instalações e Móveis e Utensílios) de uma empresa do setor hoteleiro da cidade do Natal. Pode-se concluir, para a empresa analisada, que a mudança de metodologia de cálculo da despesa de depreciação impacta significativamente na receita. O método com mais impacto foi o decrescente.

Palavras-chave: Depreciação. Métodos de Cálculos. Imobilizado. Avaliação da Empresa.

ABSTRACT

This work has as objective to show the impact of the expenditure of depreciation in the gross revenue of the searched company. It represents the loss of economic value of the goods in function of the time, which had to its effective consuming or loss of its utility for use. In this direction, the Federal Advice of Accounting, through the resolution nº 1,027/05 establishes criteria and procedures for accounting of depreciation and the obligatoriness of the recognition of it, presenting the some methods for the calculation of the expenditure. For this, three methodologies of calculation for the three more representative accounts of the Immobilized Group (Immovable, Installations and Furniture and Utensils) had been calculated of a company of the hoteleiro sector of the city of the Christmas. It can be concluded, for the analyzed company, who the change of methodology of calculation of the depreciation expenditure impacta significantly in the prescription. The method with more impact was the decreasing one.

Key Words: Depreciation. Methods of Calculations. Immobilized. Evaluation of the Company.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	08
1.1 CONTEXTO E COLOCAÇÃO DO PROBLEMA	08
1.1.1 Objetivo Geral	09
1.1.2 Objetivo Específico	09
1.2 JUSTIFICATIVA	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1 A Depreciação de Acordo com a Legislação Fiscal	11
2.1.1 Quota de Depreciação	11
2.1.2 Taxa Anual de Depreciação	11
2.1.3 Metodologia de Cálculo	12
2.1.4 Depreciação de Bens usados	12
2.2 DEPRECIAÇÃO DE ACORDO COM AS NORMAS CONTÁBEIS	14
2.2.1 Valor Depreciável e Período de Depreciação	15
2.2.2 Metodologia de Cálculo	15
2.2.3 Registro Contábil da Depreciação	16
2.3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES REPOSIÇÃO DOS BENS DEPRECIÁVEIS	17
2.3.1 Os Problemas Relacionados a Depreciação	17
2.3.2 Reposição e Modernização dos Ativos	17
2.4 RECUPERAÇÃO DE INVESTIMENTOS	18
3 METODOLOGIA	20
3.1 TIPO DE PESQUISA	20
3.2 COLETA DE DADOS	20
3.3 TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS	21
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	22
4.1 A EMPRESA ESTUDADA	22
4.2 CÁLCULOS DA DEPRECIAÇÃO	22
4.3 REPRESENTATIVIDADE % DA DEPRECIAÇÃO SOBRE RECEITA	24
5 CONCLUSÕES	26
6. REFERÊNCIAS	27

No que tange a taxa de depreciação, a mesma será fixada em função do prazo de utilização econômica do bem, pelo contribuinte na produção de seus rendimentos. O RIR/99 estipula as taxas anuais para a depreciação dos bens e adota o método linear para o cálculo da depreciação, devido sua simplicidade de cálculo. Diante disso, a empresa ao enfocar apenas benefícios fiscais restringe-se ao registro da despesa, de forma constante durante toda a vida útil do bem, desconsiderando o efetivo consumo em função da potencialidade de geração de serviços e produção de outros bens.

Diante do exposto anteriormente e, levando em consideração outras metodologias de cálculo de depreciação, tais como o **"método dos saldos crescentes"** e o **"método dos saldos decrescentes"**, elaborou-se a seguinte questão de pesquisa: **Qual o impacto da despesa de depreciação na receita da empresa analisada?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Geral

Verificar a representatividade da despesa de depreciação, calculada pelos métodos "crescentes", "decrescentes" e "Linear", na receita da empresa pesquisada.

1.2.2 Específicos

Com o intuito de atingir o objetivo geral, se faz necessário estabelecer os seguintes objetivos específicos.

- Determinar o cálculo da depreciação pelas metodologias citadas anteriormente, na empresa objeto de estudo;
- Analisar o impacto de cada metodologia de cálculo da despesa de depreciação, na receita da empresa pesquisada;

1.3 JUSTIFICATIVA

Este estudo tem a finalidade de abordar a depreciação de acordo com a legislação contábil e fiscal, evidenciando as diferentes metodologias de cálculos.

A Legislação contábil evidencia vários procedimentos de cálculo da depreciação, mas em função da legislação fiscal, (RIR/99) que impõe taxas de depreciação dedutíveis, de uma forma geral, na maior parte das empresas só se contabiliza a depreciação pelo método linear.

Percebe-se que o método linear não retrata a realidade do desgaste do bem, em função da quantidade de anos determinada pelo fisco, por meio do RIR, como também, não leva em consideração o real consumo do bem na geração de receitas.

No que se refere à obrigatoriedade, as normas contábeis obrigam a empresa ao registro da depreciação, deixando a critério da empresa selecionar o método que melhor se encaixe com a realidade da mesma, ou seja, considerando potencialidade de cada bem.

Partindo do pressuposto que a despesa de depreciação deve representar parcela de retenção de receita no intuito de repor o bem, parece oportuno realizar uma simulação de outras metodologias de cálculo, bem como, verificar a representatividade de cada uma sobre a receita da empresa. Nesse sentido, aplicar o estudo em um segmento que, por natureza, tenha um imobilizado relevante, pode evidenciar as disparidades ao calcular-se a despesa de depreciação pelas várias metodologias dispostas na literatura. Por este motivo, optou-se pelo setor hoteleiro.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nem todo bem pode ser objeto de depreciação como, por exemplo, obras de arte que normalmente aumentam de valor com o tempo, terrenos (salvo para melhoramento ou construções) e prédios não utilizados por seu proprietário na produção de seus rendimentos.

Um bem para ser depreciado deve estar relacionado com a produção econômica da empresa e só será depreciado a partir da época que o bem é instalado, posto em serviço ou em condições de produzir.

2.1 A depreciação de acordo com a Legislação Fiscal

Os critérios básicos de depreciação, de acordo com a legislação fiscal, estão consolidados no Regulamento do Imposto de Renda-RIR/99 em seus art. 305 a 323.

2.1.1 Quota de Depreciação

O Art. 309 deixa claro que a quota de depreciação registrável na escrituração como custo ou despesa operacional será determinado mediante a aplicação da taxa anual de depreciação sobre o custo de aquisição de bens depreciáveis. " § 2º A depreciação poderá ser apropriada em quotas mensais, dispensando o ajuste da taxa para os bens postos em funcionamento ou baixados no curso do mês", Regulamento do Imposto de Renda-RIR/99.

2.1.2 Taxa Anual de Depreciação

De acordo com o Art. 310 a taxa anual de depreciação será fixada em função do prazo durante o qual se possa esperar utilização econômica do bem pelo contribuinte, na produção de seus rendimentos.

§ 1º A Secretaria da Receita Federal publicará periodicamente o prazo de vida útil admissível, em condições normais ou médias, para cada espécie de bem, ficando assegurado ao contribuinte o direito de computar a quota efetivamente adequada às condições de depreciação de seus bens, desde que faça a prova dessa

equação, quando adotar taxa diferente (Lei nº 4.506, de 1964, art. 57, § 2º; Regulamento do Imposto de Renda-RIR/99).

Com base na Legislação as taxas anuais de depreciação normalmente admitidas pelo Fisco pra uso dos bens é um turno de oito horas diárias como segue:

Tabela 1 -Taxa de Depreciação Anual fixada pela SRF

	TAXA ANUAL	ANOS DE VIDA ÚTIL
Edifícios	4%	25
Máquinas e Equipamentos	10%	10
Móveis e Utensílios	10%	10
Veículos	20%	5
Computadores	20%	5

Fonte: Martins;Iudícibus;Gelbcke, (2003)

2.1.3 Metodologias de cálculos

O Fisco descreve vários procedimentos de cálculos, mas mais aceito como dedutível é o **"Método Linear"**. Também, por este motivo é o mais utilizado, já que a empresa não precisa provar que o bem se depreciou mas rápido ou teve uma potencialidade maior durante toda a sua vida útil.

2.1.4 Depreciação de bens usados

No que diz respeito à taxa de depreciação de bens adquiridos usados, a mesma será fixada tendo em vista o maior dos seguintes prazos.

I – metade da vida útil admissível para o bem adquirido novo;

II – restante da vida útil.

Ex: Vida útil do bem novo – 5 anos, logo, metade da vida útil de 2,5 anos, equivalente a 40% a.a.

Restante da vida útil do bem – 3 anos. Logo, o bem foi usado durante dois anos, equivalente à taxa de 33,33% a.a.

2.1.5 Depreciação Acelerada

A depreciação acelerada consiste na rápida diminuição dos valores de ativos como resultado do desgaste pelo uso em um regime de operação superior ao normal. Na modalidade de benefício fiscal, a depreciação acelerada representa uma elevação das despesas com depreciação nos primeiros anos de vida útil do ativo.

O mecanismo de depreciação merece grande atenção, pois pode atenuar a carga fiscal sobre empresas. Como se pode ver, o aumento da taxa de depreciação nos primeiros anos após a realização de um investimento, atua como um redutor ainda maior sobre a base de cálculo do imposto e, por conseguinte, na redução do imposto a pagar.

Para uma pessoa jurídica adotar o regime de depreciação acelerada, não é necessária prévia autorização da autoridade competente. Entretanto, caso seja utilizada a depreciação, o contribuinte poderá ser solicitado, a qualquer tempo, a justificar tal procedimento. E o elemento de prova que pode justificar a aplicação da depreciação acelerada deverá demonstrar que determinado bem esteve efetivamente em operação por dois ou três turnos de 8 horas.

No intuito de convencer a autoridade fiscal de sua adequada utilização, poderão ser apresentados, entre outros documentos, a Folha de pagamento relativa a 2 ou 3 operadores diários para um mesmo equipamento que necessite de um único operador durante o período de 8 horas; a produção condizente com o número de horas de operação do equipamento, o consumo de energia elétrica de acordo com o regime de horas de depreciação etc.

No que se refere à *Depreciação Acelerada Incentivada*, o RIR no seu artigo 313 descreve que o mesmo tem a finalidade de incentivar a implantação, renovação ou modernização de instalações e equipamentos.

Poderão ser adotados coeficientes de depreciação acelerada, a vigorar durante prazo certo para determinadas indústrias ou atividades.

§ 1º A quota de depreciação acelerada, correspondente ao benefício, constituirá exclusão do lucro líquido, devendo ser escriturada no LALUR (Decreto-Lei 4506, de 1964, art.57);

§ 2º O total de depreciação acumulada, incluindo a normal e a acelerada, não poderá ultrapassar o custo de aquisição do bem.

No que diz respeito à *Depreciação Acelerada Contábil*, o Fisco admite ainda que a empresa adote taxas diferenciadas de depreciação, quando suportadas por laudo pericial do Instituto Nacional de Tecnologia, ou de outra entidade oficial de pesquisa científica ou tecnológica (art.310, § 2º, do RIR/99). Dentro desse contexto, percebe-se que para o fisco não haverá problema se a empresa adotar taxas menores que as admitidas. A mesma Legislação (art. 312) aceita uma aceleração na depreciação dos bens móveis, em função do número de horas diárias de operação, como segue:

Tabela 2 -Taxa de depreciação Acelerada Fixada pelo RIR/99

	COEFICIENTE
Um turno de 8 horas	1,0
Dois turnos de 8 horas	1,5
Três turnos de 8 horas	2,0

Fonte: Martins;Iudícibus; Gelbck, (2003, p.216)

A título de exemplo para melhor compreensão do assunto, suponha que uma empresa utilize um veículo em dois turnos diários de 8 horas. A mesma poderá depreciar esse bem, cuja taxa normal é de 20% a.a, a uma taxa de 30% a.a., (20% x 1,5). Perante o Imposto de Renda é interessante que empresa faça a depreciação, para apuração do Lucro Real do exercício, apresentando um lucro mais próximo da realidade. Contudo, se um contribuinte deixar de depreciar num exercício, não poderá, no exercício seguinte, fazê-lo acumuladamente em virtude do "princípio legal da competência de exercícios".

2.2 A Depreciação de acordo com as normas contábeis

O exercício de suas atribuições legais e regimentais, através do Art.1º Aprova a NBC T19.5 tratar da depreciação. Esta norma estabelece critérios e procedimentos para registro contábil de depreciação do Ativo Imobilizado, devendo observar os seguintes aspectos no seu registro:

- Obrigatoriedade de reconhecimento da depreciação;
- Valor da parcela que deve ser reconhecida como despesa ou custo.

c) Circunstâncias que podem influenciar seu registro.

2.2.1 Valor depreciável e período de depreciação

- O Valor depreciável de um ativo é determinado após a dedução do valor residual.
- A depreciação deve ser reconhecida até que o valor residual do ativo seja igual ao seu valor contábil.
- A depreciação de um ativo começa quando o item está em condições de operar na forma pretendida pela administração.
- A depreciação do Ativo cessa quando o ativo é baixado ou transferido do Imobilizado.

2.2.2 Metodologias de cálculo

Método da Linha Reta (quotas constantes).

Um dos mais simples e mais utilizado pelas empresas, ele é calculado dividindo-se o valor do custo do bem pelo seu tempo de vida útil.

Ex: Veículo com custo do bem de R\$ 6.000,00, vida útil estimada em 5 anos (60 meses).

$$\text{Depreciação do Período} = \frac{6.0000,00}{60} = \text{R\$ } 100,00 \text{ /mês}$$

Método da Soma dos Dígitos dos Anos Decrescentes.

O denominador é a soma dos algarismos que compõem o número de anos de vida útil do bem ($1 + 2 + 3 + 4 + 5 = 15$) e o numerador é composto do número de anos de vida útil do bem representado por (n) no primeiro ano, (n-1) no segundo e assim sucessivamente. Esse método proporciona quotas de depreciação maiores no início e menores no fim da vida útil, permitindo assim maior uniformidade nos custos.

ANO	FRAÇÃO	DEPRECIAÇÃO ANUAL
1	5 x R\$ 5.000,00 15	1.666,67
2	4 x R\$ 5.000,00 15	1.333,33
3	3 x R\$ 5.000,00 15	1.000,00
4	2 x R\$ 5.000,00 15	666,67
5	1 x R\$ 5000,00 15	333,33

Quadro 01 Método decrescente

Fonte: Elaboração própria

Método de Unidades produzidas.

Este procedimento relaciona-se com o número de unidades produzidas no período e no número de unidades estimadas a serem produzidas durante a vida útil do bem.

Ex: Quota de depreciação = $\frac{\text{nº de unidades produzidas no ano x}}{\text{nº de unidades estimadas a serem produzidas durante a vida útil do bem}}$

Anual

Método de Horas de Trabalho.

Este método relaciona-se com o número de horas trabalhadas no período e no número de horas de trabalho estimadas durante a vida útil do bem.

Ex: Quota de depreciação = $\frac{\text{nº de horas de trabalho no período y}}{\text{nº de horas de trabalho estimadas durante a vida útil do bem}}$

2.2.3 Registro Contábil da Depreciação

No que tange ao registro contábil da despesa de depreciação, o lançamento é a débito de uma conta específica de despesa, e a crédito da conta retificadora do ativo permanente (depreciação acumulada). A conta devedora representa o encargo econômico suportado pela entidade, e a conta credora retifica o bem do ativo sujeito à depreciação.

2.3 Algumas considerações sobre os problemas relacionados à depreciação

2.3.1 Reposição dos bens depreciables

O problema da reposição de bens depreciables é muito pouco abordado na literatura técnica, talvez por causa da ênfase dada à questão da recuperação do capital investido, quando se trata do mecanismo da depreciação.

Máquinas e equipamentos antigos e com muitos anos de uso costuma apresentar desempenho inferior e custos operacionais bem mais elevados, quando comparados com as unidades mais novas e tecnologicamente mais sofisticadas indicadas para substituí-las. Pode-se dizer que manter os bens de produção em boas condições de funcionamento é um dos pressupostos em atendimento ao Postulado da Continuidade, uma vez que, se a empresa deixar de renovar seus bens de produção, estará comprometendo sua continuidade.

2.3.2 Reposição e Modernização dos Ativos

Essa modalidade de decisão de investimento ocorre, fundamentalmente, em empresas que já tenham atingido um certo grau de crescimento e amadurecimento em suas atividades, demandando para isso, uma substituição de ativos fixos obsoletos ou desgastado pelo uso.

A necessidade de avaliar o estado físico de um bem é de grande importância para uma companhia, sendo, inclusive, interessante que isso seja feito periodicamente pela empresa. A não consideração dessa decisão no momento oportuno pode ocasionar sérios transtornos no funcionamento normal da atividade da empresa (por exemplo: interrupções freqüentes no processo de produção, elevação no nível de rejeição dos produtos por avarias apresentadas, etc.), além de poder onerar, em função do crescimento mais que proporcional do custo, o lucro operacional.

A Legislação brasileira do imposto de renda permite que os investimentos em equipamentos sejam recuperados através do mecanismo da depreciação, e isso se dá com a venda dos produtos produzidos por esses equipamentos, já que a depreciação faz parte de seu custo.

E essa recuperação dos investimentos em equipamentos industriais se dá pelas quotas de depreciação imputadas nos custos dos produtos e recuperadas por suas vendas, como segue:

2.4 Recuperação do investimento

A recuperação dos investimentos em equipamentos industriais se dá pelas quotas de depreciação imputadas nos custos dos produtos e recuperadas por suas vendas. Esse investimento é recuperado com a mesma margem de lucro imposta ao produto, conforme o exemplo abaixo:

Supõe-se uma empresa que tenha um equipamento com as seguintes características:

Valor contábil	R\$ 12.000,00
Vida útil estimada	R\$ 120 meses
Capacidade de produção	R\$ 1000 unidades/mês

A empresa, para produzir essa 1000 unidades, incorre nos seguintes custos mensais:

Matérias-primas	R\$ 5.000,00
Mão-de-obra	R\$ 2.000,00
Depreciação	R\$ 100,00
O custo unitário do produto é de R\$ 7,10 (R\$ 7.100,00/1000)	

Se a empresa estipular uma margem de lucro bruta sobre o custo de 50% para esse produto, seu preço de venda será de R\$ 10,65 (R\$ 7,10 + 50%).

Pode-se demonstrar a recuperação do investimento da seguinte maneira:

Matérias-primas por unidade	R\$ 5,00 + 50% = R\$ 7,50
Mão-de-obra por unidade	R\$ 2,00 + 50% = R\$ 3,00
Depreciação por unidade	R\$ 0,10 + 50% = R\$ 0,15
SOMA	R\$ 7,10 R\$ 10,65

Pode-se verificar que a empresa investiu R\$ 0,10 de equipamentos por unidade e esta recuperando pela venda R\$ 0,15. Hoje, o preço de venda é

estabelecido pelo mercado e se a empresa quiser assegurar sua margem de lucro terá de rever seus custos e manter a qualidade, de seus produtos.

3 METODOLOGIA E ANÁLISE DE DADOS

3.1 TIPO DE PESQUISA

Trata-se de um estudo de caso, à medida que busca informações e um conhecimento maior sobre o tema a ser estudado, com a metodologia aplicada fundamentalmente através de pesquisa bibliográfica e de através sites da Internet.

De acordo com Gil (2002, p.54), "o estudo de caso consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento."

Vergara (2006,p.48), ao tratar da pesquisa bibliográfica, a define como sendo como um "estudo sistemático desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes, eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral". Lakatos ; Marconi (2001, p.43-44) expõem sobre a pesquisa bibliográfica o seguinte:

Trata-se de um levantamento de toda bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto, [...].

3.2 COLETA DE DADOS

Inicialmente o estudo estava projetado para pesquisar as metodologias de cálculo da despesa de depreciação em uma indústria manufatureira. Não sendo possível, optou-se por um hotel localizado na cidade do Natal, por obter, com maior facilidade o acesso aos dados necessários à viabilização do trabalho.

As informações foram coletadas através do exame documental, dentre os quais destacam-se os balancetes de verificação, do período de janeiro a junho de 2006. Para Gil (2002), o processo de coleta de dados no estudo de caso envolve a utilização de inúmeras técnicas, o que propicia garantia na qualidade dos resultados obtidos.

3.3 TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS

Para a análise e o tratamento dos dados foram evidenciados três métodos de cálculos de depreciação (Linear, Soma dos dígitos decrescentes e dos dígitos crescentes) em tabelas e quadros das contas que apresentam os saldos mais representativos em relação ao grupo do Ativo Permanente – Imobilizado. As contas são as seguintes: Edificações, Móveis e Utensílios e Instalações. O período analisado refere-se a janeiro e junho de 2006.

4. ANÁLISE E DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS

4.1 A Empresa Estudada

A empresa objeto desse estudo refere-se a um hotel, localizado na cidade do Natal, fundado em novembro de 2003. Iniciou as suas operações em novembro de 2005, quando da sua inauguração.

O hotel pode ser considerado de porte grande, pelo fato de possuir 600 leitos e uma equipe de 250 colaboradores.

4.2 Cálculos da depreciação

As análises do presente estudo referem-se ao valor da despesa de depreciação calculado pelos três métodos dispostos na literatura (métodos linear, crescente e decrescente). Para fins de determinação da base de cálculo da depreciação estabeleceu-se o saldo apresentado pela conta analisada, ao final de cada mês, desconsiderando desta forma, as compras efetuadas durante o mês.

A tabela abaixo mostra o saldo final apresentado pelas contas analisadas, referente aos meses de janeiro a junho de 2006. A partir desse saldo calculou-se a despesa de depreciação das respectivas contas.

Tabela 3: Saldo Final das Contas Contábeis

CONTA	SALDO TOTAL JANEIRO	SALDO TOTAL FEVEREIRO	SALDO TOTAL DE MARÇO	SALDO TOTAL DE ABRIL	SALDO TOTAL DE MAIO	SALDO TOTAL DE JUNHO
EDIFICAÇÕES	59.066.935,73	59.075.201,48	59.089.250,58	69.961.347,29	69.961.347,29	69.530.850,43
MÓVEIS E UTENS.	8.478.907,48	8.582.724,30	8.617.450,09	8.870.180,74	8.896.571,39	8.907.725,17
INSTALAÇÕES	22.787.503,27	22.806.098,94	22.911.513,42	23.247.022,35	23.269.851,54	23.618.665,67

Fonte: Elaboração própria

As tabelas 4, 5 e 6 mostram o cálculo de depreciação referente às contas contábeis "Edificações", "Móveis e Utensílios" e "Instalações", pelos três métodos. O estudo evidencia variação dos valores de despesa de depreciação entre os

métodos. O método dos dígitos Crescentes revela, para a conta "Edificações" o maior valor de despesa nos meses de abril e maio (R\$ 17.938,81). Embora essa tendência também é percebida no método da soma dos dígitos decrescentes, constata-se que os valores calculados por esta metodologia apresentam-se bem maiores (R\$ 448.470,17) que o método anteriormente descrito. Isso se deve ao cálculo que começa com valores maiores e vai diminuindo posteriormente.

Tabela 4: Conta Contábil "Edificações"

MÉTODO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
Linear	196.889,79	196.917,34	196.964,17	233.204,49	233.204,49	231.769,50
Soma Dig Decresc	378.634,20	378.687,19	378.777,25	448.470,17	448.470,17	445.710,58
Soma Dig Cresce	15.145,37	15.145,49	15.151,09	17.938,81	17.938,81	17.828,42

Fonte: Elaboração própria

Além da variação de valores de despesa calculados, observa-se também que o método linear tende a mostrar valores mais constantes, enquanto o método decrescente e crescente mais variáveis.

O método dos dígitos Crescentes revela, para a conta "Móveis" o maior valor de despesa no mês de junho (R\$ 13.496,56). Embora essa tendência também é percebida no método da soma dos dígitos decrescentes, constata-se que os valores calculados por esta metodologia apresentam-se bem maior (R\$ 134.965,53) que o método anteriormente descrito.

Tabela 5: Conta Contábil "Móveis e Utensílios"

MÉTODO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
Linear	70.657,56	71.399,45	71.812,08	73.918,17	74.138,09	74.231,04
Soma Dig Decresc	128.468,30	130.041,28	130.567,43	134.396,68	134.796,54	134.965,53
Soma Dig Cresce	12.846,83	13.004,13	13.056,74	13.439,67	13.479,65	13.496,55

Fonte: Elaboração própria

O método dos dígitos Crescentes revela, para a conta "Instalações" o maior valor de despesa nos mês de junho (R\$ 35.758,86). Embora essa tendência também é percebida no método da soma dos dígitos decrescentes, constata-se que os valores calculados por esta metodologia apresentam-se bem maior (R\$ 357.858,57) que o método anteriormente descrito.

Tabela 6: Conta Contábil "Instalações"

MÉTODO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
Linear	189.895,86	189.916,24	190.872,11	193.725,19	193.915,43	196.822,21
Soma Dig Decresc	345.265,20	345.546,95	347.144,14	352.227,61	352.573,51	357.858,57
Soma Dig Cresce	34526,52	34.554,70	34714,41	35.222,76	35.257,35	35758,86

Fonte: Elaboração própria

4.3 Representatividade (%) da depreciação sobre a Receita

As tabelas 7, 8 e 9 evidenciam o impacto da depreciação sobre a receita bruta da empresa investigada.

Pelo método linear, para a conta "Edificações", a depreciação representa percentuais de 6,80% para Janeiro, (o menor) e 31,40% para Maio, (o maior). No que diz respeito ao método da Soma de Dígitos Decrescentes o menor percentual é representado por 13,08% (Janeiro) e 60,38% em Maio. E, por fim, o método da soma dos dígitos crescentes apresenta percentuais que variam entre 0,52% e 2,42% sobre a receita bruta do período analisado. (tabela 7).

Constata-se que os maiores impactos da despesa de depreciação na receita bruta da empresa são ocasionados quando da aplicação do método dos dígitos decrescentes. Nesse sentido, embora a empresa leve em consideração os benefícios fiscais, por outro lado é percebida a importância destas análises à medida que se pretende distribuir lucros para os acionistas e ou sócios, levando em conta a retenção da receita, necessária e suficiente à reposição do ativo consumido.

Tabela 7: Representatividade (%) da depreciação da conta Edificações

Mês	Receita	Linear	Soma Dig Decresc	Soma Dig Cresce
		%	%	%
JAN	2.895.704,53	6,80%	13,08%	0,52%
FEV	1.588.863,87	12,39%	23,83%	0,95%
MAR	2.054.144,08	9,59%	18,44%	0,74%
ABR	1.516.444,82	15,38%	29,57%	1,18%
MAI	742.733,56	31,40%	60,38%	2,42%
JUNH	771.994,24	30,02%	57,73%	2,31%

Fonte: Elaboração própria

Analisando-se as percentagens calculadas para a conta "Móveis e Utensílios", para o mês de maio, a despesa de depreciação provoca um impacto

5. CONCLUSÕES

REFERÊNCIAS

O objetivo deste estudo relaciona-se com a verificação do impacto das diferentes metodologias de cálculo, na receita bruta da empresa.

As análises revelam valores discrepantes entre as metodologias apresentadas, sendo a que representou o maior impacto refere-se ao método da soma dos dígitos decrescentes. De uma forma geral, as empresas optam pelo método linear, por este ser aceito pelo fisco e ser dedutível para cálculo do Imposto de Renda.

Constata-se, através da investigação, que o método decrescente tem uma grande vantagem sobre o bem depreciado, pois a quota de depreciação vai diminuindo ao longo do tempo, ocasionando dessa forma um equilíbrio das despesas da empresa. Quando o bem é novo ele não precisa de tantos reparos e manutenções, no entanto, à medida que sua vida útil vai chegando ao fim, o mesmo necessita de maiores manutenções.

REFERÊNCIAS

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**.4.ed São Paulo: Atlas 2002,

IUDÍCIBUS, Sergio de; MARION, José Carlos. **Contabilidade Comercial**. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**. São Paulo: Atlas, 2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**.6.São Paulo: Atlas,2001

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. São Paulo:Atlas, 2004.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. São Paulo: Atlas,2001.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 1.027/05**.

Disponível em: < www.cfc.org.br>

Regulamento do Imposto de Renda (RIR/99)

SCHMIDT, P.; SANTOS, J.L.; GOMES. **Contabilidade Intermediária**. São Paulo: Atlas, 2003.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**.5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.